

A CUT, O “NOVO” SINDICALISMO E AS RECONSTRUÇÕES DA MEMÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO

CUT, “NEW TRADE UNIONISM” AND THE RECONSTRUCTION OF BRAZILIAN WORKING CLASS MEMORY

Raphaela de Almeida Santos¹

RESUMO: O presente artigo visa analisar as proposições políticas da CUT durante a década de 1980, bem como a memória que esta entidade constrói sobre o passado do movimento operário brasileiro. Isso se fará através da observação de sua prática dita combativa, inovadora e defensora dos reais interesses da classe trabalhadora e que a levou a se colocar como representante de um “novo sindicalismo”, contrapondo-se a o que ela mesma denomina de “velho sindicalismo”: colaboracionista, clientelista e pouco combativo. O trabalho analisa as leituras que a CUT fez ao longo da construção das bases ideológicas de seu sindicalismo e sobre a atuação sindical anterior ao golpe civil-militar de 1964, através das referências teóricas da nova história política, da cultura política e do conceito de memória. O presente artigo procura entender como a CUT, a partir de sua fundação e nos primeiros anos de sua atuação, se apoiou em um discurso que não apenas caracterizava suas ações como também desqualificava as lideranças sindicais que atuaram antes de 1964.

PALAVRAS-CHAVE: “novo sindicalismo”, memória, cultura política.

Introdução

No final da década de 1970, em meio a inúmeras pressões exercidas pelos movimentos sociais por uma abertura política, as mobilizações do movimento operário brasileiro assumiram maior volume, tendo uma atuação destacada no processo de democratização brasileira. Em maio de 1978, uma greve na montadora Saab Scania do Brasil assumiu dimensões muito maiores do que qualquer greve no interior de uma fábrica ocorrida durante o período militar – isso se considerarmos que as

ABSTRACT: The present work aims to analyse CUT's political propositions during the 80's and the memory that this organization has built about the past of Brazilian working class. This will be done through the observation of its practices which are said to be “combative”, innovative and defensive of the working class real interest, what made it to become the representative of a “new trade unionism” in opposition to the “old unionism”, collaborationist and little combative. The paper makes use of the reading that CUT has done along the construction of ideological basis of its unionism and about the trade union acting before the coupe d'état in 1964, through theoretical history, political culture and memory concepts. The article intends to investigate how CUT had leaned on a speech that not only characterized its actions but also disqualified the union's leadership that acted before 1964.

KEYWORDS: “new trade unionism”, memory, political culture.

greves não desapareceram totalmente durante esse período². Esse momento é apontado pela maioria dos estudiosos do tema como o marco inicial do surgimento do “novo sindicalismo” no cenário político brasileiro.

A exemplo do que ocorrera na Scania, outras greves aconteceram também em fábricas de pequeno e médio porte em Diadema e em São Bernardo. Essas greves antecederam uma campanha salarial que acabaria criando uma atmosfera de mobilização que atingiu toda a categoria. Foi nessa conjuntura que surgiu a Central

¹Graduada em História pela UFF, mestranda em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: almeida.s.raphaela@gmail.com.

²COSTA, Hélio. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: REIS, Daniel Aarão e FERREIRA, Jorge (organizadores). *As Esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 597-635.

Única dos Trabalhadores, a CUT.

O surgimento dessa organização, bem como os acontecimentos que o impulsionaram, é motivo de intenso debate. A CUT surgiu no cenário político nacional alegando ser a representante de um “novo” tipo de sindicalismo, mais combativo do que o anterior ao golpe militar de 1964. É de suma importância que se atente para o fato de que o foco da análise e da crítica desta organização não era a atuação sindical no período da ditadura, mas sim o período situado antes da instalação do mesmo, quando os trabalhadores estariam submetidos a um equivocado pacto entre os dirigentes sindicais – “pelegos” – e os representantes do “Estado Populista”.

A princípio podemos dizer que a ideia do surgimento de um “novo sindicalismo” deve ser analisada com cautela. É primordial que se tenha em vista de que se trata de um discurso que visava legitimar uma organização surgida no calor de intensa efervescência política em relação a um passado renegado.

Mas que passado era esse? Os sindicalistas ligados às greves do ABC paulista se apresentavam como combativos, autênticos, opositores. Tratava-se de lideranças políticas ligadas ao recém criado partido dos Trabalhadores, o PT, cuja intenção era combater as práticas sindicais desenvolvidas pelo que eles identificavam como um sindicalismo “atrelado ao Estado e com práticas fundamentadas na barganha com líderes governistas”³. Diante desse sindicalismo reformista identificado com “práticas paternalistas de um Estado populista” e dirigido por lideranças ligadas às organizações partidárias como o PTB e o PCB, o “novo sindicalismo” entendia-se como muito mais expressivo, mobilizador, além de organizado pelas bases e, sendo assim, autêntico⁴.

A proposta é tentar entender o processo de construção da imagem do “novo sindicalismo” que se baseia numa construção de memória dirigida às práticas sindicais ligadas, especialmente, ao período varguista. Buscar-se-á entender quais as leituras que a CUT vai propor para o passado do movimento operário no Brasil, naquele momento específico da sua construção. Tentar-se-á compreender, também, como a perspectiva, ou as perspectivas dos sindicalistas da década de 1980, se aproximavam

de muitas das leituras acadêmicas sobre a história política brasileira em voga na época.

Quanto ao contexto de seu aparecimento, a CUT considerava negativas as práticas sindicais desenvolvidas até aquele momento. Acreditava-se que o sindicalismo liderado pela aliança trabalhista-comunista e sua política de “colaboração de classe” em pouco ou nada contribuía com a luta dos trabalhadores. Acreditavam, ainda, ser essa postura a causa de os trabalhadores terem sucumbido ao golpe de 1964, não oferecendo uma resistência contundente ao mesmo. Além disso, essa atuação sindical não teria sido capaz de impulsionar o movimento operário contra o Regime Militar. Podemos ver com isso que o processo de construção da identidade do “novo” sindicalismo teve no trabalhismo um excelente referencial de negação.

Cabe ressaltar que esse movimento tão expressivo em suas ações e reivindicações ao se intitular como um “novo sindicalismo”, não conseguiria se inserir dentro da longa história do movimento operário brasileiro, que passava por diferentes contextos. A formação dessa identidade sindical, no que concerne à CUT, decorreu de uma acentuada disputa de memória no interior da entidade que resultou na criação de uma identidade que negava o passado mais recente do movimento sindical brasileiro.

No entanto, já em finais das décadas de 1980, tudo indicava que o “novo sindicalismo” não seria tão combativo quanto muitos poderiam supor à princípio. À medida que a CUT foi se legitimando como uma das mais importantes centrais sindicais do Brasil, o discurso que acabou por predominar no seu interior não era mais tão radical. Passou-se a não falar sobre desatrelamento entre sindicatos e Estado ou sobre a abolição do imposto sindical – um tema largamente debatido pelos cutistas.

Muitos embates políticos ocorreram no interior da Central, levando a supremacia de uma corrente que pregava a construção de uma central “genuinamente sindical”, não relacionada com organização de movimentos “mais políticos do que operários”⁵. A liberdade sindical pretendida no início não aconteceu e a CUT, a partir de então, passou a sofrer oposição de grupos que acreditavam que a sua combatividade arrefeceu.

³SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº41. ANPOCS, 1999. p. 3.

⁴Idem, p. 4.

De acordo com a interpretação de Martinho:

(...) o chamado ‘novo sindicalismo’, apesar do discurso oposicionista de suas lideranças ao corporativismo, foi fruto deste modelo e, a rigor, só pôde se constituir porque o corporativismo engendrou a possibilidade de existência de sindicatos fortemente estruturados, com suas lideranças liberadas da produção para se dedicarem exclusivamente à atividade de sindicalista⁶.

A intenção aqui não é estabelecer o que é verdadeiro ou falso na memória cutista sobre o “velho” sindicalismo, mas sim entender os significados que esses atores sociais encontraram em seu passado e a forma como dispuseram do mesmo.

Como o “novo” entendeu o “velho”: a CUT e a memória do Movimento Operário Brasileiro

Antes de examinar o discurso cutista sobre o surgimento de um sindicalismo que se via como algo novo, é necessário que se analise o contexto político-econômico que o propiciou.

Durante a década de 1970, o Brasil vivia sob uma ditadura militar violenta que deixara um espaço reduzido para a mobilização aos operários. Além disso, o contraste entre a grande mobilização apresentada pelo setor no período que precedeu o golpe que inaugurou a ditadura e as poucas ações durante o período militar geraram a ideia de uma dura derrota ou ainda de fracasso das ações do movimento operário.

O movimento político que levou à criação de uma nova central sindical teve início na campanha salarial que foi desencadeada, sem sombra de dúvida, pelas perdas ocasionadas pela

Política Econômica do Governo (PAEG) – baseada no arrocho salarial –, e agravadas pela crise do milagre brasileiro, que teria seus primeiros reflexos, sobre a classe trabalhadora, ainda em finais da década de 1970. É nesse contexto que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, cujo presidente era Luiz Inácio da Silva, se lançou na busca da reposição dessas perdas⁷. No âmbito dessas reivindicações, a noção de resgate da dignidade da classe operária começa a tornar-se recorrente no discurso das lideranças do movimento⁸.

Verifica-se que a dura repressão sobre o operariado, inaugurada no Regime Civil-Militar, propiciou um tipo de organização que acabou sendo altamente valorizada pelas lideranças sindicais que despontariam no cenário político nacional no início da década de 1980: de pequeno porte e restrita ao ambiente fabril.

Foi através de pequenas mobilizações contra demissões, operações tartaruga e pequenas paralizações, movimentos cujas iniciativas estavam ligadas a uma organização extremamente localizada dos trabalhadores, que os operários brasileiros continuaram a lutar e a expressar suas demandas e reivindicações⁹.

Outra característica dessa estratégia foi a necessidade de relacionar a luta sindical ao cotidiano dos trabalhadores. O embrião para o surgimento de uma concepção sindical que defendesse o resgate das condições mínimas de trabalho e de vida e ainda, que demandasse por uma organização operária pelas bases, estaria relacionado a essas circunstâncias.

Os movimentos sociais ganharam um novo fôlego incorporando a sua plataforma de lutas a exigência pela abertura política, num momento em que a conjuntura econômica, política e social não era das mais favoráveis à Ditadura Militar. Esta sofria pressões de toda ordem¹⁰, e a democratização

⁶Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT: 24, 25 e 26 de agosto de 1984. São Bernardo do Campo – SP. Arquivo do Movimento Operário do Rio de Janeiro. (Amorj).

⁷In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomares. Estado Novo, Ditadura Militar, Corporativismo e Identidade Nacional. Trabalho apresentado no IX Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (BRASA), realizado na Tulane University, New Orleans/Louisiana em março de 2008.

⁸SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: o sindicato brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano, vol.4** -. O tempo da ditadura. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007. p.287.

⁹COSTA, Hélio. Op. Cit. p. 603.

¹⁰RODRIGUES, Iram Jácome. **Sindicalismo e Política**. A trajetória da CUT. Editora Scritta. São Paulo, 1997.

¹¹O governo Jimmy Carter, nos EUA, e sua atuação na luta pelos direitos humanos representou o fim do respaldo norte-americano, no âmbito da política externa, aos governos militares da América Latina.

despontava como uma demanda endossada por significativa parcela da população brasileira.

No ano de 1980, como fruto da convergência de vários movimentos sociais de esquerda que surgiam no cenário político, foi fundado o Partido dos Trabalhadores, o PT¹¹. Sua criação tinha um significado político muito específico para os seus fundadores, que acreditavam estar fundando um novo partido independente, em relação a uma esquerda que seria *duvidosa* (o grifo é meu) por sua proximidade com os líderes governistas.

O partido era organizado pelas bases. Acreditava-se que por isso sua atuação seria mais autêntica. Seus organizadores acreditavam que finalmente a classe operária, por sua própria iniciativa, começava sua atuação no processo de transformação da sociedade e do mundo. Sem dúvida o surgimento de um partido com essa conotação política era muito animador para as esquerdas¹².

Além disso, outro fator foi crucial para o surgimento dessas novas lideranças sindicais: o posicionamento da Igreja Católica. Apesar de ter abençoado o “Golpe” dado “pela família, com Deus e pela liberdade”, a Igreja Católica começou a constituir uma importante oposição ao regime já nos primeiros anos de sua existência. A evolução da crítica para a oposição direta com o regime teve a colaboração dos militantes católicos de esquerda e do crescimento dos grupos ligados a Teologia da Libertação¹³. Essa militância se organizou nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que começaram a se espalhar pelo país e a conquistar a adesão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB.

Uma nova palavra de ordem passou a vigorar na estruturação do movimento sindical:

organização pelas bases. A ideia de que os movimentos políticos poderiam se constituir em torno de uma atuação direta dos seus atores foi a mais aceita entre as esquerdas e entre aqueles que ascenderam à posição de lideranças no âmbito da luta operária no início da década de 1980.

Não é a toa que a Central Única dos Trabalhadores imaginava-se representante de um “novo sindicalismo”, um movimento formado por sindicalistas “puros”, trabalhadores genuínos, a partir das lutas da base por eles organizadas. Entrava em cena uma distinção em relação ao passado do sindicalismo brasileiro que se pautava na ideia de existência de uma classe trabalhadora jovem, nova no tempo e no espaço e, sendo assim, livre das “fraquezas” dos velhos operários¹⁴ que, por livre e espontânea vontade ou por influência do PCB aceitaram o “pacto populista”¹⁵. O surgimento da CUT seria, portanto, o marco de um sindicalismo organizado pelas bases, de um processo de conquista da liberdade sindical e o início de uma *real* (o grifo é meu) luta pela emancipação dos trabalhadores. Seu surgimento teria demarcado, enfim, a diferença entre os “sindicalistas combativos” e os “sindicalistas pelegos”, ligados aos interesses das elites¹⁶.

De acordo com os “novos” sindicalistas, existia uma contradição entre as práticas adotadas pelo chamado sindicalismo de cúpula e os interesses da classe trabalhadora, sendo que os obstáculos criados para que o proletariado pudesse se organizar de forma independente teriam surgido na década de 1930. Naquele momento, os trabalhadores, de acordo com a CUT, teriam sofrido uma terrível derrota imposta pela legislação trabalhista de Vargas.

Segundo o discurso da Tendência Democracia Socialista¹⁷ – uma das vertentes ligadas

¹¹REIS, Daniel Aarão. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: Idem e FERREIRA, Jorge. (organizadores). **As Esquerdas no Brasil**. Vol. 3. Revolução e democracia. 1964. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007. p. 505-540.

¹²Idem, p. 509.

¹³Idem, *Ibidem*, p. 511.

¹⁴Jorge Ferreira já chamou a atenção para os problemas dessa abordagem conceitual. Segundo ele, é necessário abandonar a ideia de que o movimento operário a partir do governo Vargas se caracteriza pela dominação exercida pelo projeto político-ideológico varguista sobre as mentes das pessoas, o que as impediria de manifestar uma avaliação crítica acerca de sua realidade social. As ponderações sobre a oposição entre a espontaneidade popular e a coerção das instituições são demasiadamente simplistas, sendo preciso reconhecer o papel das classes subalternas na conquista dos seus direitos, pois elas lutam. IN: FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil**. O imaginário popular (1930-45). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1997.

¹⁵SANTANA, Marco Aurélio. *Op. Cit.* p. 3.

¹⁶**Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT**: 24, 25 e 26 de agosto de 1984. São Bernardo do Campo – SP. Amorj.

¹⁷Apesar de a Tendência Democracia Socialista ser apenas uma das tendências políticas que militavam no interior da CUT, sua concepções sobre as práticas sindicais anteriores a 1964 não diferem das visões expressas nas Resoluções nos primeiros congressos nacionais da CUT e do material produzido também por outras tendências dentro da CUT.

à esquerda cutista radical – o presidente Vargas era o representante dos interesses burgueses. Na defesa destes, impôs o controle estatal sobre o proletariado através da criação de sindicatos atrelados ao governo. Esses sindicatos só teriam sido viáveis graças à ação dos “stalinistas”, que teriam compactuado com os interesses de Vargas e que teriam servido como uma peça na engrenagem da manipulação populista¹⁸.

De acordo com o sociólogo Marco Aurélio Santana, o discurso de criação da CUT, que perpassa a ideia de novo, está mais ligado à questão da unidade do movimento trabalhista. Acreditava-se que um movimento tão expressivo quanto o que havia sido desencadeado no final da década de 1970 teria força muito maior se fosse unificado. Diante disso, torna-se compreensível a atitude da CUT em insistir na ideia de “novo”, já que todo processo de legitimação dá-se em relação a algo pré-existente. No entanto, é importante que se leve em consideração que existia uma disputa, também de cunho político, visando a obtenção de legitimidade, dentre os tradicionais líderes sindicais, representados pelo PCB, pelo antigo PTB, bem como pelo sindicalismo ligado ao PT.

O surgimento de um conceito de organização sindical novo e expressivo provém da necessidade dos sujeitos de formularem explicações para os contextos históricos em que vivem. No caso do movimento operário brasileiro, tal como se constituía a época da construção da CUT, o contexto de organização operária anterior a sua criação serviria para trazer luz aos problemas pelos quais as organizações sindicais passavam naquele momento. Refiro-me, nesse caso, aos moldes organizativos ligados ao que foi designado “velho sindicalismo”: uma forma de organização

sindical ligada às negociações, que viveu uma conjuntura favorável aos acordos com a classe patronal e com os governos. Para os sindicalistas ligados à construção da CUT, essa estrutura sindical foi o principal motivo da derrota sofrida pelos trabalhadores diante do Golpe de 1964¹⁹.

Como disse Aarão Reis, sempre quando os povos transitam de uma fase para a outra de sua história – o que pode ser aplicado ao caso do surgimento da CUT – e quando a fase presente se distancia da anterior, as questões de memória são suscitadas, levando a elaborações mnemônicas como esquecimento, silêncios e negações²⁰. A CUT considerava o sindicalismo anterior às greves do ABC paulista reformista, o que teria atrapalhado o desenvolvimento da luta dos trabalhadores brasileiros na reivindicação de seus direitos, por atuar através de uma orientação voltada para a colaboração de classes²¹. É dessa forma que os “velhos sindicalistas” seriam lembrados, e atacados, por aqueles que estavam dispostos a engendrar a construção de um movimento inovador do ponto de vista da organização operária.

É necessário, portanto, elaborar uma análise das resignificações que os acontecimentos históricos podem suscitar. Ainda de acordo com Aarão Reis, a memória, imersa no presente e preocupada com um futuro, é sempre seletiva. Não raramente, ela é arbitrária e atua de forma a esconder, alterar ou esquecer²² evidências e acontecimentos importantes²³. Os exercícios de memória, de acordo com Michel Pollak estão ligados a construção de uma imagem comum a um país, grupo social ou organizações políticas como partidos e sindicatos. Nesse sentido, a memória aparece como um dispositivo de interpretação do passado comum de um grupo, ou ainda, um ponto

¹⁸In: **Cadernos Democracia Socialista**. Vol II. Teses Sindicais. Outubro de 1987. São Paulo. Editora Aparte. Amoj.

¹⁹A legislação trabalhista inaugurada durante a Era Vargas, representada pela CLT, deixava a cargo do Ministério do Trabalho a decisão de intervir nos sindicatos, vetando candidaturas, destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores. No entanto, os governantes que assumiram o poder durante o período democrático que se apoiavam em discursos de cooperação com a classe trabalhadora, garantiam a livre atuação dos sindicatos. Após o Golpe, porém, as disposições da CLT que davam amplos poderes de intervenção ao governo, através da atuação do Ministério do Trabalho, foram utilizadas para imprimir uma dura política de repressão ao movimento operário.

²⁰REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória”. IN: REIS, Daniel Aarão Reis, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a Ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)**. Edusc. São Paulo, 2004. p. 29-52.

²¹SANTANA, Op. Cit. p.3.

²²Essa consideração de Daniel Aarão Reis se aproxima das referências teóricas dadas por Michael Pollak, para quem a memória também deve ser analisada através de suas zonas de sombras e seus não ditos. A relevância da discussão travada aqui provém das ideias desse autor, que afirma ainda que toda organização política, sindicatos e partidos, por exemplo, vincula seu próprio passado a imagem que forja para si mesma. In: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p.10.

²³REIS, op. Cit. p. 29.

de partida para a imagem que se pretende construir do mesmo.

Muitos estudiosos que se debruçam sobre a análise das construções mnemônicas apontam para a ideia de que a memória não pode ser interpretada a partir da tomada do passado como algo fixo. A leitura do passado, de acordo com a leitura de historiadores como Régine Robin e Alessandro Portelli, é apropriada pelos grupos sociais de acordo com a finalidade que se dá a esse exercício. Narrar e interpretar o passado deve ser visto como uma atividade provida de necessidade presente. Por isso, pode-se observar fenômenos como a leitura diversa que um mesmo grupo faz de seu passado em diferentes épocas ou leituras diversas feitas por grupos diferentes e relacionadas ao mesmo período e/ou fenômeno histórico²⁴.

Aprofundar a análise das memórias coletivas e de seu processo de constituição não significa promover uma depreciação das memórias coletivas ou mesmo ainda de negar a legitimidade da memória cutista sobre o “velho” sindicalismo, ou ainda sobrevalorizar uma leitura historiográfica, ou a memória erudita²⁵. O propósito do exercício histórico é aprofundar-se na análise e na compreensão dessa memória como um exercício político, cultural e identitário.

Avaliando as diferentes fontes que nos fornecem acesso aos discursos produzidos pela Central Única dos Trabalhadores, poderíamos dizer que a memória sindical que se produz no interior desta entidade não se relaciona a um conteúdo político unívoco. Trata-se de uma memória constituída através de diferentes visões de passado, relacionadas a posicionamentos políticos também distintos. A construção dessa memória segue caminhos bastante complexos, o que ocorre devido ao fato de existirem diversas tendências políticas dentro da CUT. O elemento convergente em meio a essa intensa disputa de memória é justamente a

análise que se faz da estrutura sindical inaugurada durante o Primeiro Governo Vargas. Tratar-se-ia de uma estrutura inadequada, ultrapassada e equivocada. A utilização dessa percepção seria a base da construção de um sindicalismo diferente²⁶.

No interior da entidade, algumas alas mais radicais – como é o caso da Tendência Democracia Socialista²⁷ – tinham um discurso político que se apoiavam em ideias de oposição ao Estado burguês e na tomada de poder por parte do proletariado. Nesse sentido, a memória representada pelo grupo enxergava o Estado “populista” como um período de interrupção da luta pelos “reais” interesses do proletariado, que certamente estariam ligados à construção de um Estado dominado por ele.

Outras alas menos radicais, como é o caso da Articulação Sindical, construía um discurso ligado a fatores econômicos-morais. Falava-se no resgate das ações operárias como forma de recuperar a dignidade da classe, na valorização do trabalho, em mudanças políticas e especialmente, em melhorias das condições gerais de vida da população, ressaltando a importância da criação de um sistema de saúde digno, uma educação de qualidade, dentre outras propostas. Não obstante, a visão mais voltada para a estruturação de uma central essencialmente sindical, observa-se, também, no discurso dessa tendência, uma forte negação das ações dos chamados “velhos sindicalistas”.

Apesar da distinção nas visões políticas que vão produzir a identidade da CUT na década de 1980, é interessante notar que se apontava para um conjunto de aspectos. A definição de uma nova atuação sindical, ligada à defesa dos verdadeiros interesses da classe trabalhadora, e que teriam sido deixados de lado a partir da Era Vargas. O resgate de um perfil revolucionário, outra característica perdida durante a Era Vargas²⁸, segundo a perspectiva dos sindicalistas da CUT, e por último

²⁴ROBIN, Régine. *Le Roman mémoriel: de l’histoire à l’écriture Du hors-lieu*. Cap. II. Montréal: Le Préambule. 1989 e Alessandro Portelli. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas Editora, 2006.

²⁵A expressão é de Régine Robin.

²⁶Muitos estudos têm sido feitos na área da Cultura Política, que pretendem dar conta desses questionamentos teóricos dos historiadores do político. Como que a mesma percepção de passado pode levar a formas distintas de enxergar o presente? Trata-se de uma situação que deve ser investigada através dos referenciais culturais que os indivíduos acumulam ao longo de sua formação política. BERTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

²⁷Cito esta organização por ser, provavelmente, a mais expressiva dentre os grupos que aparecem mencionados nos documentos de Congressos da CUT como esquerdas sindicais. Digo isso, pois na documentação analisada por mim, a Democracia Socialista aparece como produtora de muitos manifestos, panfletos e matérias de divulgação de ideias de oposição à Executiva Nacional da CUT.

uma ruptura total com as antigas formas de atuação sindical seriam ações urgentes.

É tentando dar conta de colocar em prática essa nova perspectiva que a CUT assume um papel destacado no movimento operário brasileiro. O que as novas lideranças – especificamente as da esquerda sindical – queriam entender era o porquê do proletariado brasileiro, que naquele momento, final da década de 1970 e início de 1980, parecia tão forte e vigoroso, não ter realizado sua “tarefa histórica” de construir um Estado voltado para os interesses da maioria²⁹.

As leituras da CUT e as leituras da História

A memória cutista sobre as ações sindicais daqueles que a nova central elegeu como os “velhos” sindicalistas está ligada a determinadas leituras acadêmicas sobre a história da classe operária brasileira. Os estudos acadêmicos nas décadas anteriores ao surgimento da CUT baseavam-se na ideia de que teriam ocorrido desvios típicos da política latino-americana, que teriam impedido os trabalhadores de seguirem seu caminho³⁰.

Trata-se de uma tentativa de criar um modelo evolutivo a ser seguido pela classe trabalhadora. Marcelo Badaró destaca que muitos estudos sobre a classe operária têm em comum a problemática do destino. A classe operária seria o baluarte da revolução e os partidos e sindicatos, seus instrumentos de ação.

Sendo assim, esses trabalhos buscam responder porque ela não fora a personagem principal de uma revolução³¹. É justamente sob esse viés que a CUT empreende a análise do passado do

movimento. Essa leitura que se apoia na noção de desvios ocorridos na história das classes operárias latino-americanas estão ligadas ao conceito de populismo, que vem sendo largamente utilizado no vocabulário político do nosso continente e, durante determinado período, tomado como resposta contundente às nossas questões referentes às relações entre Estado e sociedade.

Conceito oriundo de uma percepção histórica, fundada em linhas interpretativas que pretendiam compreender a realidade através de grandes modelos explicativos e não um movimento político ou social específico, o populismo é definido como um fenômeno referente ao processo de transição de uma sociedade agrária e pré-industrial para uma sociedade capitalista, industrial e moderna³². Independente da linha de análise do populismo, a forma que se dá ao conceito está relacionada à tentativa de formular uma resposta teórica a peculiar relação entre o Estado e a sociedade civil na América Latina. O que aconteceu é que a resposta acabou sendo a expressão do repúdio ao que se acreditava ser consequência direta dessa política de Estado³³.

O populismo seria a forma encontrada pelas elites de submeter as massas, de controlá-las e integrá-las a sociedade capitalista exploradora burguesa³⁴. O fenômeno seria resultante da tentativa de afastar as massas das atividades políticas, como partidos, sindicatos ou qualquer outra forma de organização da sociedade civil. O líder populista procura se colocar acima das questões classistas e dos antagonismos da sociedade. Dessa forma, mostra-se apto a resolver toda e qualquer contradição que possa existir no seio da sociedade. Foi visto como uma política de massa que prejudicou o pleno amadurecimento da

²⁸Essa generalização é feita com base nas considerações de Jorge Ferreira, que acredita que as periodizações tradicionais sobre a Era Vargas não são mencionadas pelos trabalhadores do período, para quem as mudanças de Governo Provisório para Constitucional, ou ainda de Governo Constitucional para o Estado Novo não representou nenhuma descontinuidade. In: FERREIRA, Jorge. **Os trabalhadores do Brasil** – A cultura popular no Primeiro Governo Vargas (1930-1945). Dissertação de Mestrado em História Social. Universidade Federal Fluminense, 1989.

²⁹**Cadernos Democracia Socialista**. Op. Cit. p. 10.

³⁰Trata-se, neste caso, de certa perspectiva marxista de leitura sobre a situação da classe operária. Para Capelato a perspectiva evolucionista e etapista que caracterizava o marxismo da Internacional Comunista conduziu à interpretações do populismo como um momento de transição que possibilitaria a superação do atraso e a afirmação do capitalismo, considerado como fase necessária à passagem para o socialismo. CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Populismo latino-americano em discussão”. In: FERREIRA, Jorge (organização). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001. p.127-165.

³¹In: MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos**. Rio de Janeiro (1955/1988). Vício de Leitura. Rio de Janeiro, 1998.

³²Trata-se de uma das definições teóricas mais clássicas do tema formulada por Giulio Di Tella e Gino Germani. Para saber mais sobre o tema ver artigo de Jorge Ferreira intitulado O nome e a coisa: o populismo na política brasileira.

³³CAPELATO, Maria Helena Rolim. Op. Cit. p. 142.

³⁴Ainda de acordo com algumas definições clássicas sobre o tema.

classe operária latino-americana³⁵, que só não alcançaria o estágio de consciência esperado pelos intelectuais, devido à manipulação exercida pelo mesmo, além de ser impedida de endossar um projeto global de transformação da sociedade.

Essa manipulação seria exercida, principalmente através da propaganda. As massas foram enganadas pela proposta desenvolvimentista empreendida pelo Estado e pelas suas ações assistencialistas. Diante da constante ameaça de sublevação das massas, as classes dirigentes se aliaram ao líder populista, portador de um discurso demagógico que prevê a equalização dos interesses dos diferentes grupos sociais. A manipulação exercida pelo Estado Populista teria deixado as “massas” apáticas e seria a explicação para a falta de ânimo em defender as instituições democráticas e suas conquistas trabalhistas.

Essa avaliação acerca da história política brasileira, ainda bastante em voga à época de fundação da CUT, foi largamente utilizada pela Central em seu discurso. Em seu Primeiro Congresso Nacional, a CUT considerou que a existência da estrutura sindical vigente anteriormente constitui-se numa das dificuldades encontradas frente a tentativa de se estabelecer uma organização pelas bases, o que se manifestava na orientação política da Conclat, que “privilegia suas alianças políticas com a burguesia liberal, transformando a classe trabalhadora em massa de manobra e de apoio ao projeto deste setor da classe dominante”³⁶.

Partindo dessa premissa de que o “velho sindicalismo” estaria mais preocupado em buscar uma conciliação com os representantes da burguesia do que em organizar a luta e a ação operária, a CUT parte para a formulação de suas reivindicações, relacionando dentre as suas premissas, a necessidade de que o movimento ligasse suas lutas ao cotidiano dos trabalhadores, na perspectiva de construir uma sociedade socialista³⁷. Dessa forma, ela organiza sua pauta de lutas, enfatizando não só sua proposta de ação sindical,

mas tentando também se inserir no debate das questões referentes a conjuntura política e social brasileira da década de 1980, sendo as reivindicações de participação na política muito recorrentes.

Essa leitura³⁸ da CUT se relaciona com um contexto de revitalização dos estudos políticos que começaram a ganhar espaço no Brasil, elegendo como temática central as questões ligadas às relações entre o Estado e a sociedade. As instituições partidárias e sindicais, Forças Armadas, estudos de períodos governamentais e de algumas políticas públicas e discussões aprofundadas sobre as questões de participação e das representações políticas, foram objetos privilegiados desse tipo de estudo. Uma das questões era porque o Brasil mergulhara num regime autoritário e o que seria preciso para a restauração de um regime democrático sólido e duradouro.

De acordo com Gomes, essas produções continham interpretações que apontavam as causas da tradição política autoritária brasileira. No centro da argumentação, estava a ideia de que nossas associações partidárias eram artificiais e não tinham enraizamento social, características que seriam decorrentes de sua indiferenciação ideológica e acentuado clientelismo. O diagnóstico dessa análise levava à ideia de que a sociedade civil era fraca e não se representava diante de um Estado hobbesiano que “cooptava” e “manipulava” a elite e as massas³⁹. Para a CUT, por exemplo, a história operária brasileira estaria ligada a uma série de pactos sociais, propostos pelos líderes populistas e aceitos pelos dirigentes das antigas cúpulas sindicais e que nada tinham a ver com os anseios dos trabalhadores brasileiros⁴⁰.

Posteriormente, houve a disseminação de estudos que se empenhavam em demonstrar que as lideranças “populistas” se sustentavam com o apoio de classes sociais diferentes e tinham, portanto, feições ideológicas diversificadas, o que torna demasiadamente simplório compreender que sua

³⁵ FERREIRA, Jorge. **O nome e a coisa: o populismo na política brasileira**. Op. Cit. p. 62.

³⁶ **Resoluções do Primeiro Congresso Nacional da CUT**: 24, 25 e 26 de agosto de 1984. São Bernardo do Campo – SP. Amorj.

³⁷ Idem, p. 5.

³⁸ Trata-se, nesse caso, de uma leitura comum aos grupos de esquerda durante a década de 1980. A noção de que a política brasileira durante o período que vai de 1930 a 1964 está intrinsecamente ligado ao populismo e às manipulações empreendidas pelo Estado, dirigidas, especialmente, aos trabalhadores.

³⁹ GOMES, Ângela de Castro. **POLÍTICA: história, ciência, cultura etc.** Texto escrito para a prova de aula no concurso público para professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.

⁴⁰ **Por que não aceitamos o Pacto Sindical**. CUT. Edição Especial. Janeiro de 1985. Amorj – RJ.

ação política e seu comportamento eleitoral é resultado única e exclusivamente de manobras clientelistas e da demagogia. O que se tentava fazer era a afirmação da ideia de que havia sim uma relação de representação política em que os eleitores aderiam às propostas políticas dos candidatos e às propostas dos chamados “líderes populistas”.

Essa nova interpretação visa romper com a ideia de que não há no Brasil uma tradição política de vinculação partidária, atentando para o fato de que no período democrático que vai de 1945 a 1964 houve o crescimento da força eleitoral de partidos políticos – nesse caso podemos destacar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN).

Fica claro que, ao tocarmos na questão da tradição política brasileira não podemos deixar de falar da questão operária. Durante longo tempo, a ideia de que a classe operária viveu um período de intensa luta por direitos que foi interrompida com a Revolução de 1930 foi central. A partir desse ponto não havia mais luta por direitos. No lugar da luta havia uma silenciosa classe, desprovida de “verdadeira consciência” e manipulada por um líder, apoiado em lideranças sindicais que compactuavam com essa acomodação.

Esse fato é relevante, pois, na avaliação de Gomes, foi com inúmeras análises sobre o movimento sindical que os estudos políticos tiveram que dialogar quando começaram a ser mais intensamente produzidos no Brasil a partir dos anos 1960.

A imagem que a CUT – assim como muitos cientistas sociais – construiu, de um sindicalismo vivo, expressivo e combativo, está associada à idealização do período da República Velha e do movimento anarco-sindicalista, no qual as mobilizações atingiam índices muito mais relevantes. A postura do movimento operário antes da ascensão de Vargas ao poder é considerada legítima, por ser um período em que os trabalhadores tomavam a frente de suas ações sem estarem submetidos a lideranças alheias aos seus interesses. De acordo com o Martinho, na leitura dos “novos sindicalistas”, a Era Vargas representou o encerramento de uma fase gloriosa e caracterizada

por um sindicalismo independente, que foi a da Primeira República⁴¹.

No processo de construção do que seria um “novo” sindicalismo, os cutistas tinham como modelo de atuação sindical, as lideranças que se destacaram na organização operária nas décadas de 1910 e 1920. Na verdade, acreditava-se que o barulho, os piquetes, as greves, os levantes e todo tipo de manifestação operária era um indiscutível sinônimo de um movimento operário livre e expressivo⁴².

Gomes propõe uma problematização dessa leitura de que o estreitamento das relações entre o sindicato e o Estado teria produzido uma identidade alheia à classe operária, gerando ainda uma classe trabalhadora com uma atuação política condenada a vínculos com lideranças externas a ela. Esse fenômeno resulta na subordinação da classe trabalhadora a interesses que não os seus e impossibilitaria, ainda, sua impulsionamento própria⁴³.

Ao estabelecer uma crítica a essa noção, a autora recorre às ideias de Thompson, para quem uma classe existe quando um grupo de homens compartilha experiências comuns, apreendendo essas experiências em termos políticos e culturais e materializando-as em tradições e sistemas de valores. É através desse processo – segundo Thompson – que se constrói uma identidade coletiva que leva uma classe a se distinguir de outra, de acordo com seus interesses.

Ainda nesse viés podemos citar as ideias de Gareth Stedman Jones para quem um movimento político não seria apenas uma expressão da miséria e da dor, sendo sua existência caracterizada pela manifestação de uma convicção compartilhada por muitos indivíduos que articulam as soluções políticas de suas causas⁴⁴.

Para muitos autores que seguem a linha de pensamento de Gomes, o “novo” sindicalismo terminaria por deixar transparecer suas relações intrínsecas com a cultura política que lhe deu origem e que estaria ligada às formas de atuação sindical que ele tanto renegava.

O que os novos referenciais teóricos da História nos obrigam a perguntar é: se seria mesmo possível encarar o estudo dos movimentos sociais como um exercício fadado a nos trazer respostas

⁴¹MARTINHO, Francisco Carlos Palomres. *Op. Cit.* p. 5.

⁴²Resoluções do primeiro Congresso Nacional da CUT: 24, 25 e 26 de agosto de 1984. São Bernardo do Campo – SP: Amorj.

⁴³GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalho*. 3ª edição. Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro, 2005.p.24.

⁴⁴JONES, Gareth Stedman. *Languages of class: studies in English working class history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

para nossos questionamentos políticos? Mesmo que esses questionamentos não se relacionem com os questionamentos que os sujeitos que endossaram esses movimentos se colocaram?

Centralizar excessivamente a atenção no quanto o “novo” sindicalismo se distanciou do “velho” em suas práticas, em sua atuação ou em sua concepção sindical seria uma atitude equivocada. Thompson já nos alertou para o fato de que os significados políticos e culturais que os sujeitos atribuem a sua realidade se relacionam a um determinado contexto e que muitas vezes “velhas formas podem expressar funções novas e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas”⁴⁵. Muito mais interessante é tentar entender, portanto, quais os significados que os artífices do “novo” sindicalismo encontraram no passado sindical brasileiro e como eles se utilizaram desse significado na construção da sua alteridade política.

Considerações Finais

Quando, no final da década de 1970, o movimento sindical reapareceu na cena política brasileira com grande ímpeto combativo e forte clima de mobilização, os líderes desse movimento acreditaram que era a hora de inaugurar uma nova era na história operária brasileira.

Para aqueles que se dedicaram a fundação da CUT era preciso romper com as práticas sindicais existentes até aquele momento para que a classe operária avançasse em sua luta. A implementação da CLT pelo Estado varguista era considerada um entrave na organização histórica da luta operária. Uma tradição a ser derrotada. Contra ela a força de um movimento novo, moderno, se levantava.

Buscando dar ímpeto a esse movimento modernizador, o “novo sindicalismo” afirma a sua identidade confrontando diretamente seu antecessor. Num momento de grande mobilização operária, a combatividade e a “ação” eram quase que necessidades imperativas. Tratava-se, nesse caso, de uma comparação entre os diferentes períodos da história do movimento sindical:

primeiro um período de grandes lutas, greves e manifestações, que foi o da Primeira República e, posteriormente, um período em que tudo girava em torno das negociações de cúpula, que foi a Era Vargas.

O “velho sindicalismo”, aquele ligado às antigas lideranças do PTB e do PCB, era visto como conciliador, colaboracionista e colecionador de uma série de decisões equivocadas que não atenderam aos interesses dos trabalhadores brasileiros.

Nesse sentido, a CUT recorreu à memória, essa mediadora entre a tradição e a modernidade⁴⁶, uma vez que a leitura do passado gera os argumentos necessários para que os atores sociais consigam se engajar num dado projeto de modernização compartilhado.

Leôncio Martins Rodrigues já observou que a palavra 'novo' no Brasil encanta. “Estado Novo”, “Nova República”, “novo sindicalismo”. Essa adjetivação tem um amplo significado de ruptura, o que se pode avaliar em diversos momentos da nossa história.

O que podemos dizer, sem sombra de dúvida, é que a auto-imagem construída pela CUT de um sindicalismo independente feito e construído pelas suas bases, ou seja, pelos próprios trabalhadores, pode não ter significado uma modernidade tamanha que permitisse que seus correligionários se distanciassem tanto da antiga tradição sindical radicada na década de 1930.

Não precisamos, desta forma, entender este movimento e sua leitura política como algo equivocado. Segundo Berman, “as tradições podem nutrir e enriquecer a modernidade ou empobrecer e obscurecer nossa noção do que possa vir a ser modernidade”.

Artigo Recebido em 15/03/2011

Artigo Aceito em 01/07/2011

⁴⁵THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

⁴⁶FABIAN, Johannes. Memórias da memória: uma história antropológica. In: REIS, Daniel Aarão, MATTOS, Hebe, OLIVEIRA, João Pacheco, MORAES, Luís Edmundo de Souza, RIDENTI, Marcelo. (organizadores) **Tradições e Modernidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.